
ASPECTOS DA ECONOMIA REGIONAL DE PORTO ALEGRE

Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues*
Umberto Antonio Sesso Filho**
Paulo Rogério Alves Brene***
Marcia Regina Gabardo da Camara****

RESUMO: Esse artigo discute aspectos selecionados da economia regional porto-alegrense e revela a existência de articulação positivas nas regiões ao entorno do município, destacando-se a sua relevância em relação ao PIB e emprego gerado. A região metropolitana é integrada do ponto de vista econômico, desde suas raízes históricas e os setores da área de serviços têm se destacado em relação à massa salarial e emprego, porém eles não apresentaram as melhores médias salariais por trabalhador. No quesito social, o município exibiu uma melhora em seu IDH, sinalizando uma melhoria dos indicadores sociais e a criação de uma identidade coletiva em todos os espaços que irão se integrar.

Palavras-chaves: Desenvolvimento regional; Economia regional; Desenvolvimento econômico.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da dinâmica regional e da aglomeração produtiva e suas externalidades tem ampliado sua participação nos estudos econômicos recentes. Segundo Fedozzi e Soares (2015) o primeiro desafio em relação a estudos de Porto Alegre e seu entorno é na ordem metodológica, já que a RMPA apresenta um nível de complexidade singular entre as metrópoles brasileiras concentrando núcleos urbanos portadores de centralidades industriais, comerciais e de serviços, bem como polaridades que extrapolam seus limites institucionais. Seu estudo tem relevância no setor econômico, pois, com a identificação de setores estratégicos ou setores-chave na economia local, pode-se melhor implementar políticas públicas direcionadas ao fomento do desenvolvimento da regional. As políticas aplicadas de maneira planejada podem estimular à criação de emprego e renda.

Segunda Silva (2008, p.46) “[...] a escassez de recursos públicos e o aumento da demanda criaram a necessidade de um Estado mais criterioso, que reavalia quanto e como participa da atividade econômica local”. Para Brose (2000, p.10) o desenvolvimento depende de uma complexa e contínua interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer. Nesta linha de pensamento Putnam (1996) afirma que o desenvolvimento tem por base a formação de capital social. Esse capital social é o resultado das interações horizontais entre os mais diversos atores sociais. Ele caracteriza a confiança mútua e a organização que permite a paulatina melhoria da qualidade de vida em um território aqui delimitado pelo poder local. Nessa linha existem variadas estratégias de desenvolvimento, porém essas só podem ser implantadas levando em consideração a realidade local.

Para atingir os objetivos específicos, o presente trabalho está dividido em quatro sessões: introdução, cenário econômico da região gaúcha, a região de Porto Alegre e por fim, na quarta sessão são apresentadas as considerações finais.

2. CENÁRIO ECONÔMICO DA REGIÃO GAÚCHA

O processo de crescimento e desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul (RS) determinou transformações tanto na estrutura como na repartição territorial das atividades econômicas no século XX. Para Souza (1973), o Estado deixou de ser fundamentalmente uma região primário-exportadora voltada para o mercado externo, característica predominante até os anos 30, evoluindo para

* Professora Assistente/UNIOESTE.

** Professor Assistente/UEL.

*** Professora Assistente/UENP.

**** Professora Associada/UEL.

uma situação na qual a indústria passou, progressivamente, a ganhar peso na área social. Essa alteração influenciou de forma determinante o processo de estruturação da rede urbana gaúcha, fazendo com que se solidificassem os principais centros manufatureiros que já despontavam desde o final do século XX, tendo maior destaque as cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Caxias do Sul.

Segundo Lazzari (2010), entre o período de 2006 a 2009, a taxa média de crescimento do RS aumentou para 3,6% a.a. Em relação aos setores econômicos, a agropecuária sempre desempenhou papel importante na economia gaúcha, acarretando o aumento do seu tamanho relativo na economia, que em 2008, atingiu 11,2%. A indústria de transformação do Rio Grande do Sul teve uma queda na demanda externa, ocasionada pela crise internacional iniciada em setembro de 2008, pois a indústria de transformação gaúcha é fortemente dependente do mercado externo. As quedas nas exportações resultaram em reduções na produção industrial. Lazzari (2010) destaca que a indústria de transformação do RS uma forte ligação com as exportações. Em 2008, a indústria de transformação representou 19,8% do valor agregado bruto (VAB) total do Estado. A variação dos preços relativos entre os setores da agricultura e da indústria determinou o desempenho ao longo dos anos, devido à ligação dos setores com as importações, com as crises internacionais o setor de serviços teve destaque em 2008 representando 61,2% do VAB total.

Segundo Silva (2014) a matriz de insumo-produto do Rio Grande do Sul de 2008 construída pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) mostra que algumas atividades com maior impacto sobre a produção total estão vinculadas à indústria de transformação, cujo principal insumo advém da agropecuária gaúcha: produtos do fumo, alimentos e bebidas, têxteis, artefatos do vestuário e do couro, acessórios e calçados. O autor destaca que, no estado, o desempenho do VAB teve destaque em algumas atividades como serviços, comércio e serviços de manutenção e reparação e intermediação financeira. No caso do multiplicador sobre o emprego, as atividades que se sobressaíram foram a pecuária, agricultura, silvicultura e exploração vegetal, e pecuária e pesca, além de atividades dos serviços, como alojamento e alimentação.

No Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2015) foi relatado que o Rio Grande do Sul se destacou entre as unidades da federação como o quinto estado brasileiro com maior rendimento *per capita* média mensal no ano de 2010, com um valor de R\$ 959,24, atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Ainda em relação ao rendimento *per capita* média mensal, pode-se observar a concentração de valores maiores ao longo do eixo expandido Porto Alegre – Caxias do Sul, em direção à Passo Fundo e nas proximidades de Santa Maria, Ijuí e Não-Me-Toque.

Fiori (2014) relata que em 2012 o Rio Grande do Sul passou a ser a quarta economia do Brasil pelo montante do Produto Interno Bruto (PIB), chegando a R\$ 296,3 bilhões. O Estado participou com 6,7% do PIB nacional. Contudo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), o Rio Grande do Sul em 2015 perdeu para o Paraná o posto de quarta maior economia do Brasil. O estado somou o PIB de R\$ 331,1 bilhões, o que equivale a 6,2%. Todavia, a economia gaúcha tem relevante importância no cenário nacional e internacional e apresenta forte associação com a economia brasileira, pois, além de estar sujeita à mesma política econômica e às mesmas condições do mercado, a indústria gaúcha possui profundas relações de compra e venda com a indústria brasileira.

O nível de ocupação da população com 15 anos ou mais de idade para o ano de 2010 sinaliza, ainda, as desigualdades que marcam as macrorregiões do Brasil, com o Sul, Centro-Oeste e Sudeste apresentando, respectivamente, 65,8%, 64% e 60,2%, e Norte e Nordeste, 55,9% e 52,5% de mão de obra ocupada. Já no estado do Rio Grande do Sul, grande parte do pessoal ocupado está concentrada na Região Metropolitana de Porto Alegre e no entorno de Caxias do Sul (SEPLANRS, 2013).

No que se refere ao mercado de trabalho formal, de 2000 a 2010, o número de empregos no Brasil aumentou a taxas que variaram entre 3% e 6,9% ao ano, de acordo com a relação anual de

informações sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre o final dos anos 1990 e 2011, quase duplicou o número de postos de trabalho no país, alcançando 46.310.631. O Rio Grande do Sul ocupou posição intermediária, com um aumento de 6,26% no período em questão.

No que se refere ao mercado de trabalho formal, de 2000 a 2010, o número de empregos no Brasil aumentou a taxas que variaram entre 3% e 6,9% ao ano, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre o final dos anos 1990 e 2011, quase duplicou o número de postos de trabalho, alcançando 46.310.631. O Rio Grande do Sul ocupou posição intermediária, com um aumento de 6,26% no período em questão.

Em relação à remuneração média para dezembro de 2011, segundo a RAIS, o Estado se localizou na oitava posição entre as unidades da federação, com um valor de R\$1.814,60, atrás do Distrito Federal, Amapá, Rio de Janeiro, São Paulo, Roraima, Acre e Amazonas (PNUD, 2015).

Os indicadores sociais e demográficos no estado do Rio Grande do Sul podem ser destacados. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), caracteriza-se por ser um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. Seu resultado vem da agregação de três blocos de indicadores: Renda, Educação e Saúde. Para cada uma das variáveis dos blocos é calculado um Índice que varia de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento total), e indica a posição relativa de todos os municípios do Estado. De acordo com o IDESE (total), no ano de 2012, o Rio Grande do Sul encontrava-se no patamar de médio desenvolvimento, com índice de 0,744, tendo, nos últimos anos, avançado mais em relação aos blocos de seleção renda e educação. O bloco saúde, embora tenha avançado menos do que os demais no período de 2007 a 2010, é o único dos três a se encontrar no patamar de alto desenvolvimento (FEE, 2015).

Cargnin *et al.* (2014) pesquisaram as mudanças no perfil demográfico gaúcho no período de 1998 a 2013, e verificaram que a demografia populacional do estado apresentou significativas alterações nas últimas décadas em diferentes aspectos. Observaram que o perfil de fecundidade teve uma relevante alteração, mostrando que nos últimos quinze anos a população total do Rio Grande do Sul cresceu em 1,1 milhões de habitantes, passando de 9,6 milhões para 10,7 milhões. Considerando os dados dos três últimos Censos Demográficos, a taxa de crescimento anual no Estado no período 1991 a 2000 foi de 1,21% e no período 2000-2010, de 0,49%, valor bem inferior ao da década anterior e a menor taxa entre os estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, em 1998, a média era de 2,1 filhos por mulher, conforme dados do censo demográfico de 2010 este número caiu para 1,8 filhos.

Alguns dos fatores que contribuem para a queda da fecundidade podem ser destacados: o processo de urbanização como consequência do aumento da industrialização, o aumento no nível educacional, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, a disseminação de métodos contraceptivos, informação sobre métodos contraceptivos, a melhora nas condições de saúde (FIUZA-MOURA *et al.*, 2015)

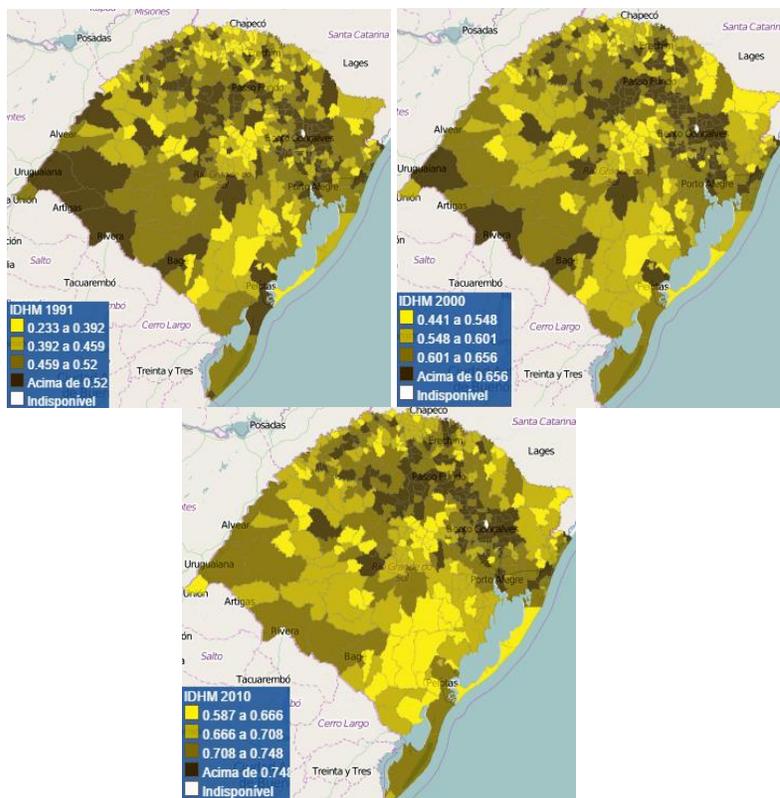
Segundo Cargnin *et al.* (2014), no início do século XX o Estado chegou a apresentar valores em torno de 3,26% de taxa de crescimento, mas em 2000 esta taxa atingiu 1,22% e em 2010 se reduziu para 0,49%. No entanto, existe um contraponto, pois mesmo com redução no ritmo de crescimento, há regiões no Estado que aumentaram sua população, enquanto outras apresentaram reduções significativas. O crescimento ocorreu nas regiões Metropolitanas e seu entorno, além da região Serra e Litoral. Houve crescimento populacional na Região da Serra, por meio de imigração, resultado da intensificação das atividades industriais, a região tornou-se um polo de grande dinamismo econômico e consequentemente de atração de mão de obra e concentração de comércio e serviços, principalmente entre 2000 e 2010.

Em relação eu desenvolvimento e crescimento econômico estadual Fiuza-Mouza *et al.* (2015) destaca que o estado do Rio Grande do Sul é um dos estados cuja renda *per capita* se encontra entre as

maiores do país, taxas de desemprego abaixo e rendimento do trabalho acima da média nacional, a despeito das divergências econômicas de gênero, especialmente de absorção ocupacional e de rendimentos.

O estado apresenta um crescente desenvolvimento em seus municípios, na figura 1 é ilustrado o desenvolvimento do IDHM¹ das cidades do estado para os anos de 1991, 2000 e 2010, no primeiro mapa, o índice se iniciava em 0,233, nas décadas subsequentes teve-se um crescimento, a menor taxa municipal em 2000 foi de 0,441 e em 2010 de 0,587. Mostrando uma melhora significativa no estado em geral.

Figura 1. Evolução do Índice de desenvolvimento econômico municipal 1991, 2000 e 2010.



Fonte: SEPLAN, 2013.

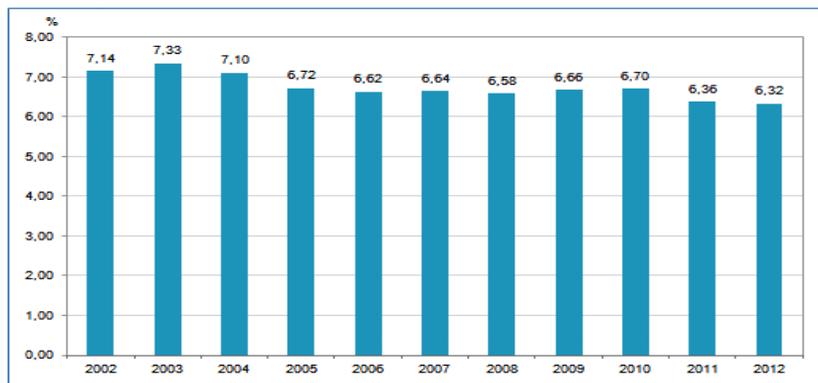
No tocante ao crescimento econômico, a economia gaúcha vinha de um crescimento econômico até 2013, em 2014 apresentou um declínio segundo Rocha (2015, p. 44) “pode-se inferir que a estagnação da economia gaúcha em 2014 foi, na maior parte, determinada pela desaceleração da economia brasileira, principalmente quanto à queda na indústria de transformação”, o autor defende que

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Para mais informações ver http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM.

este seguimento é mais dependente que os outros segmentos da indústria de vendas para o resto do Brasil (63%), no seguimento relacionado diretamente com a formação bruta de capital fixo, com significativo peso na produção industrial gaúcha com 17%, de acordo com Pesquisa Industrial de 2013 do IBGE.

A economia gaúcha possui uma estreita relação com os mercados nacional e internacional que é superior a média brasileira. Por isso a participação da economia gaúcha tem oscilado conforme a evolução da economia brasileira e também de acordo com a dinâmica das exportações. E, embora a estrutura setorial do VAB do Rio Grande do Sul confirme a forte participação do Setor de Serviços, que apresentou grande crescimento durante as duas últimas décadas, pode-se dizer que a economia gaúcha é impulsionada por dois setores hegemônicos: a agropecuária e a indústria de transformação (SEPLAN, 2015).

Gráfico 1. Participação do PIB do Rio Grande do Sul no PIB Brasil 2002-2012 em %.



Fonte: FEE. Núcleo de Contabilidade Social e IBGE. Coordenação de Contas Nacionais (2015).

Segundo Rocha (2015) o valor do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul em 2012 foi de R\$ 277,7 bilhões, representando 6,3% do PIB brasileiro. Esse resultado manteve o Estado na quarta colocação entre as maiores economias do País, atrás de São Paulo (32,1%), Rio de Janeiro (11,5%) e Minas Gerais (9,2%), e à frente do Paraná (5,8%) e de Santa Catarina (4,0%). O autor ainda expõe que em relação ao PIB do Rio Grande do Sul apresentou queda de 1,4% em 2012, enquanto o índice de preços cresceu 6,9%. Para efeitos de comparação, no mesmo ano, o índice de volume do Brasil cresceu 1,0%; e o índice de preços, 4,9%.

Para Rocha (2015, p. 31) “depois de uma elevada taxa de crescimento do PIB do Rio Grande do Sul em 2013 (6,7%), a variação negativa de 0,3% caracterizou a falta de crescimento de 2014”. O resultado transcorreu o desempenho significativamente negativo da indústria, que passou de um crescimento de 4,5% em 2013 para uma retração de -3,3% em 2014, o autor ainda discorre que o pequeno crescimento da agropecuária, 0,6% em 2014, depois do excepcional crescimento de 40,1% em 2014, além da redução dos serviços, 3,5% em 2013 e 0,9% em 2014.

No segmento setorial de acordo com dados SEPLAN (2015) o Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria brasileira em 2012 foi de 969 bilhões de reais. O Rio Grande do Sul contribuiu neste montante com 6,2%, isto é, aproximadamente 60 bilhões de reais. A indústria do estado é diversificada se desenvolveu a partir das agroindústrias e de outros segmentos ligados ao setor primário, na matriz do VAB, o setor industrial do Estado responde por 25,2% do total, sendo que mais da metade deste percentual é da indústria de transformação. A indústria de transformação do Rio Grande do Sul ocupa a

terceira posição no ranking nacional (depois de São Paulo e Minas Gerais), com uma participação de 8,6%. Os principais segmentos na matriz de transformação são os produtos alimentícios, os produtos derivado do petróleo, a fabricação de veículos e peças automotores e os produtos químicos.

Na área de serviços brasileiro em 2012 foi de 2,6 trilhões de reais. O estado teve uma participação de 6,2%, isto é, aproximadamente 158 bilhões de reais. De acordo com os dados de 2012, 66,3% do Valor Adicionado Bruto tem como origem o setor de Serviços. Na estrutura do setor destaca-se a participação do segmento da Administração, saúde e educação (SEPLAN, 2015).

No setor da Agropecuária, o VAB brasileira em 2012 foi de 198 bilhões de reais, tendo o estado contribuído neste montante com 10,1%, isto é, aproximadamente 20 bilhões de reais. Na matriz do VAB o setor participe com somente 8,4%, porém esta atividade possui grande importância para a economia gaúcha, pois dela derivam inúmeros segmentos da agroindústria e há também uma grande influência da atividade no setor de exportações (SEPLAN, 2015).

O Rio Grande do Sul se localizou em uma posição intermediária, com um aumento de 6,26% entre os dois anos. O nível de ocupação da população com 15 anos ou mais de idade para o ano de 2010 demonstra, ainda, as desigualdades que marcam as macrorregiões do Brasil, com o Sul, Centro-Oeste e Sudeste apresentando, respectivamente, 65,80%, 64,00% e 60,20%, e Norte e Nordeste, 55,90% e 52,50% de mão de obra ocupada, respectivamente (SEPLAN, 2015).

3. PORTO ALEGRE E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Antes de iniciar a análise específica a que se propõe este trabalho, é importante conhecer as características marcantes do desenvolvimento histórico econômico do município de Porto Alegre, e, a partir dessas particularidades, entender sua trajetória até os dias atuais. O crescimento e desenvolvimento de Porto Alegre e da Região Metropolitana se entrelaçam durante a história. Martins (1992)² expõe que a RMPA contou primeiramente com a presença dos açorianos responsáveis por iniciarem o desenvolvimento metropolitano através da formação das cidades de Viamão, Gravataí e Porto Alegre, tendo a última sua colonização principal, constituída por imigrantes Alemães. Segundo Singer (1997, p.156) os primeiros imigrantes alemães se instalaram em São Leopoldo por volta de 1824, eles inicialmente estabeleceram uma economia deficitária, mas depois desenvolveram a sua produção proporcionando excedentes comercializáveis, dando início à expansão de uma agricultura comercial especializada na produção de gêneros alimentícios, têxteis, couros, etc., capaz de abastecer principalmente Porto Alegre e o restante da demanda interna estadual.

O autor ainda relata que Porto Alegre a partir daí passa a ser personagem principal da evolução das colônias no Estado, sendo sua localização propícia para as relações de comércio com os municípios ao redor³. Stein (2014) ressalta que neste período a navegação fluvial era o único meio para se transportar mercadorias, facilitando, desta forma, a comercialização da produção que estivesse próxima das vias fluviais que desembocam no Guaíba, posteriormente a construção da ferrovia seguiu a linha das áreas em que já havia comercialização, e também proporcionou aos municípios mais distantes o acesso às mercadorias, bem como a sua exportação. Com isso, Porto Alegre aumentou substancialmente o seu nível de vendas para outros estados brasileiros e para o exterior passando por seu porto principalmente.

As fronteiras econômicas não se limitaram às fronteiras de sua cidade e transformaram os municípios vizinhos (principalmente, Guaíba, Canoas, Esteio, Sapucaia) em periferias industriais, demonstrando uma continuidade urbana e identificando-se o espaço chamado de “Grande Porto Alegre”.

Para Stein (2014) o crescimento de Porto Alegre e da evolução das cidades ao redor a RMPA, exerceu papel fundamental na construção da fronteira sul do Brasil, pela influência da migração italiana e alemã, a RMPA tornou-se o centro econômico do Rio Grande do Sul, sendo responsável por grande

² Para maiores informações sobre o desenvolvimento urbano no Rio Grande do Sul detalhes ver Ricardo (1971).

³ Para maiores detalhes sobre a história da criação do município de Porto Alegre, ver Singer (1977) e Stein (2014).

parte da produção e da localização industrial. Ainda de acordo com a autora, a RMPA teve importância pela capacidade da região em atrair diferentes atividades produtivas e pessoas. Porém a mesma enfatiza que a influenciada por diversos fatores, a configuração espacial das atividades produtivas e de pessoas tende a modificar com o tempo trazendo inúmeras consequências para os que desfrutam deste espaço.

Existe na região uma diversidade nos indicadores socioeconômicos dos municípios, refletindo uma distribuição desigual de recursos econômicos e de serviços e equipamentos urbanos como transporte, saúde, educação, habitação e saneamento. Desta forma, a região tem uma importância impar para a economia estadual, constitui-se um polo de atração e concentração no Estado.

Em termos setoriais, a importância da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) segundo Soares e Fedozzi (2015) deve-se ao fato de que a RMPA apresenta uma conjuntura singular entre as metrópoles brasileiras, concentrando núcleos urbanos portadores de centralidades industriais, comerciais, agrícolas e de serviços. Também polaridades que extrapolam seus limites institucionais. Esta complexidade resulta em diferenças internas na região, o qual pode ser dividido em quatro subespaços: Porto Alegre (a metrópole), a RMPA-POA (municípios mais próximos à capital), RMPA-Vale (municípios do Vale do Rio dos Sinos, polarizados por Novo Hamburgo) e RMPA-entorno, com municípios pertencentes institucionalmente à RMPA, mas pouco integrados à dinâmica metropolitana e com forte presença de população rural.

Mammarella e Martins (1997) explicam que após os anos 80 na RMPA ocorreram algumas transformações que vêm ocorrendo juntamente em outras metrópoles brasileiras. Foram identificados processos de desindustrialização relativa e terceirização da economia do município de Porto Alegre. Verificou-se, também, no período 1980-1996, o aspecto de menor crescimento demográfico da Capital em relação aos municípios em seu entorno, o que revela o fenômeno de transbordamento, isto é, a expansão da cidade em direção aos municípios periféricos.

Segundo dados do IDEESE (2012), o município de Porto Alegre é o mais populoso do estado do Rio Grande do Sul, tendo registrado 1.409.351 habitantes, segundo o Censo de 2010, divulgado pelo IBGE. A população do município representa 13,2% da população do estado, que registra 10.693.929 habitantes em 2010 (5,6% da população do país).

Mammarella e Pessoa (2011) debateram a expansão populacional e territorial de Porto Alegre e de sua Região Metropolitana, entre 2000 e 2010. Os autores mostram que em 2010 o município tinha uma população de 1,4 milhão de habitantes, 3,58% a mais do que em 2000, o equivalente a 48,7 mil pessoas. Os autores notaram que tanto o Estado como a Capital sofreram uma redução significativa na sua taxa de crescimento: entre 2000 e 2010, ela foi de 0,35% a.a. e, no período anterior, entre 1991 e 2000, de 0,92% a.a. Os autores ainda destacam que o percentual da população infantil de zero a seis anos de idade, que era de 10,7% em 2000, diminuiu para 7,89% em 2010.

Contudo a população a partir de 60 anos de idade aumentou de forma generalizada na cidade. Em 2000, esse contingente era, em média, de 11,78%, em 2010, passou para 15,01%. Existe uma concentração da população no território, a qual é predominantemente feminina e está em processo de envelhecimento por efeito da baixa fecundidade e da consequente redução de crianças na faixa etária mais baixa. Um caso peculiar na análise é que o padrão de distribuição das unidades domiciliares na capital segue o mesmo padrão de distribuição da população, porém em maiores proporções. Em 2000, o número de domicílios na cidade aumentou quase 68 mil unidades na década (variação de 41%). Esse aumento, contrariamente ao que ocorreu com a população, deu-se generalizadamente pela cidade, embora de forma desigual, afetando todas as regiões (IDEESE, 2012).

Os dados ainda revelaram que em relação à distribuição da população por sexo, as mulheres são a maioria no município, representando, em 2010, 53,6% da população residente. A população feminina cresceu 4,2% entre o período de 2000 e 2010, enquanto a população masculina cresceu 2,8%. A estrutura etária de Porto Alegre em 2010 mostra uma população jovem, com concentração entre as

idades de 25 e 29 anos de idade, para homens e mulheres. Em relação à concentração da população em torno das idades mais jovens, a comparação com os dados do censo de 2000 evidencia um ligeiro envelhecimento relativo da população. Em 2000, 41,3% da população era composta por pessoas até 24 anos, enquanto em 2010 os habitantes com mais de 50 anos representavam 21,4% da população; em 2010 esses percentuais passaram para 34,4% e 27,5%, respectivamente.

Em questão de infraestrutura, Porto Alegre demonstrou que alguns quesitos apresentavam cobertura quase plena, para o ano de 2010: 94,26% de domicílios possuíam esgoto sanitário adequado; 99,19% das residências tinham energia elétrica da companhia distribuidora; 93,79% das moradias apresentavam iluminação pública no seu entorno e 99,35% dos domicílios tinham abastecimento de água pela rede geral (IBGE, 2010).

A fim de avaliar a evolução do desenvolvimento municipal, a seguir apresentam-se os dados do índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o índice FIRJAN de gestão fiscal (IFGF)⁴; o primeiro índice expressa a evolução em relação à educação, renda e emprego e o segundo índice permite visualizar a eficiência da gestão pública do município de Porto Alegre⁵.

A leitura dos resultados, por indicador ou do índice geral é composta de uma pontuação varia entre 0 e 1, com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF e IFDM (IFGF, 2015):

- Conceito A (Gestão de Excelência): resultados superiores a 0,8 pontos;
- Conceito B (Boa Gestão): resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos;
- Conceito C (Gestão em Dificuldade): resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos;
- Conceito D (Gestão Crítica): resultados inferiores a 0,4 pontos

O Gráfico 1 apresenta a evolução do índice de desenvolvimento municipal anual de Porto Alegre do índice FIRJAN-DM -geral na parte superior do gráfico e a evolução dos desagregação nos gráficos abaixo - emprego e renda, educação e saúde para os anos de 2005 a 2013⁶. Segundo IFDM (2015, p.02) a “capital Porto Alegre ficou na 82ª posição estadual e 500ª nacional, com IFDM de 0,7928 pontos. A cidade apresentou alto desenvolvimento na vertente de Saúde (0,8642) e moderado em Emprego e Renda (0,7712) e Educação (0,7431)”. Nesta análise a comparação com a medição anterior, o IFDM de Porto Alegre se manteve praticamente inalterado, com um crescimento de 1,0% em Emprego e Renda, retrocesso de 0,6% em Saúde e estabilidade em Educação, assim Porto Alegre transpôs uma posição e passou para a 10ª no ranking das capitais.

A seguir apresentam-se os dados do índice FIRJAN de gestão fiscal (IFGF)⁷, a fim de verificar o nível da eficiência da gestão pública do município de Porto Alegre. O índice é composto por cinco indicadores: da receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida. O Gráfico 2 apresenta o IFGF e o Gráfico 3 sua evolução por indicador⁸.

Também se destacam no estado do IFGF (2015) para ano de 2013 no Rio Grande do Sul, cinco cidades representam 25,9% da população estadual, sendo elas Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Canoas e Santa Maria. Porto Alegre também conquistou uma posição entre 500 maiores IFGFs do país, porém é importante ressaltar que em comparação com a edição anterior de 2012, a capital gaúcha manteve a nota máxima no IFGF Receita Própria, porém recuou nos outros quatro indicadores.

⁴ Para contribuir com uma gestão pública eficiente e democrática, o sistema FIRJAN desenvolveu o índice FIRJAN de gestão fiscal (IFGF). Para mais informações ver: <<http://www.firjan.com.br/ifgf/>>.

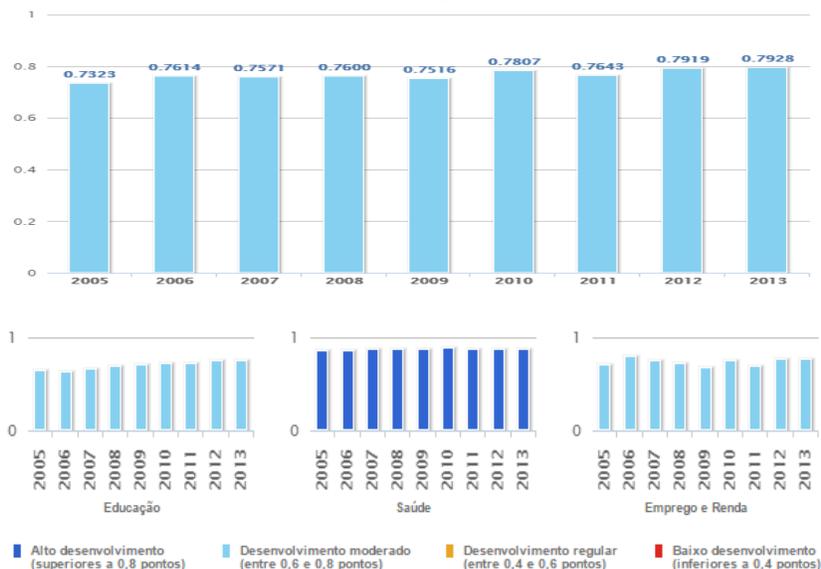
⁵ O índice é composto por cinco indicadores: receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida.

⁶ O índice apresenta os dados para os anos de 2005 a 2013, até o momento da análise.

⁷ Para contribuir com uma gestão pública eficiente e democrática, o sistema FIRJAN desenvolveu o índice FIRJAN de gestão fiscal (IFGF). Para mais informações ver: <<http://www.firjan.com.br/ifgf/>>.

⁸ Os dados disponibilizados são de 2006 a 2013.

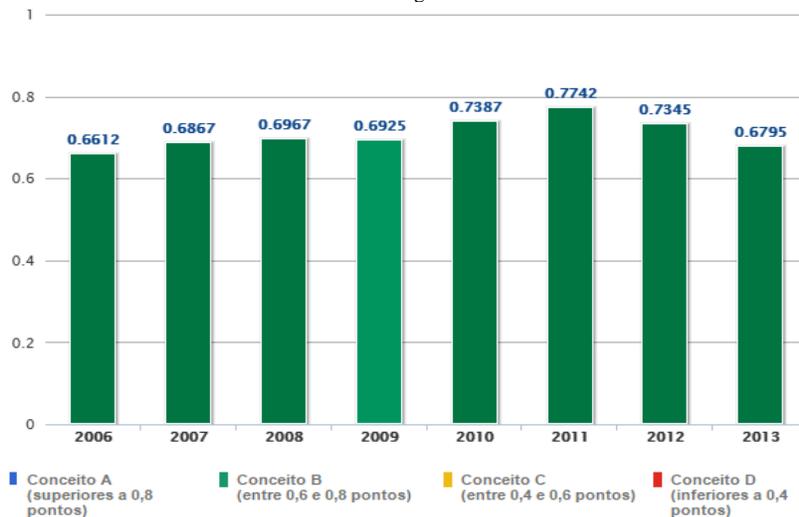
Gráfico 1. Índice FIRJAN geral e Índice FIRJAN desagregado de desenvolvimento municipal para município de Porto Alegre, 2005 a 2013.



Fonte: Dados da FIRJAN (2015).

O Gráfico 2 revela uma redução no índice no ano de 2013, sendo superior apenas a 2006, que foi o primeiro ano de análise do índice. A justificativa para essa queda pode estar associada a vários fatores, que podem ser melhor visualizados quando se desagrega o índice.

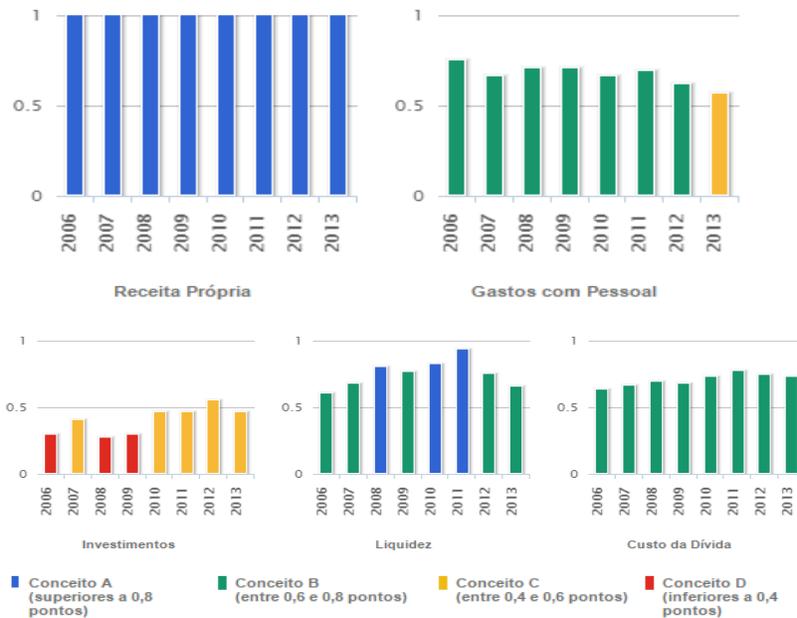
Gráfico 2. Índice FIRJAN de gestão fiscal de 2006 a 2013.



Fonte: FIRJAN (2015).

O Gráfico 3 mostra o índice desagregado de 2006 a 2013. Nele é possível verificar que a renda própria no município tem conceito A, isso revela que dentre as cidades brasileiras Porto Alegre apresenta uma ótima arrecadação, porém nos outros componentes do índice ela não apresenta esse conceito. É possível averiguar que em relação aos gastos públicos com pessoal, liquidez e custo da dívida o índice apresentou uma queda nos últimos anos, mas em relação aos investimentos, mesmo obtendo uma melhora de 2009 a 2013, o conceito permaneceu C.

Gráfico 3. Índice FIRJAN de gestão fiscal de 2006 a 2013 desagregado.



Fonte: FIRJAN (2015).

Em relação ao mercado de trabalho, de acordo com [Verlindo](#) (2015), a cidade de Porto Alegre se destacou ao apresentar a menor taxa de desemprego em relação aos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, entre 2000 e 2014. A taxa em 2014 era de 4,9% em Porto Alegre e de 6,5% nos demais municípios da RMPA. O setor que teve a maior participação é o formal, obtendo maior proporção de contratações no período em análise. Isso pode estar contribuindo para que o salário médio real em Porto Alegre, em 2014, (R\$2.307,00) tenha sido 42,8% superior ao dos assalariados nos demais municípios da RMPA (R\$1.615,00). Além disso, 31,1% dos ocupados de Porto Alegre tinham escolaridade de nível superior, em contraste com apenas 9,8% nos demais municípios da RMPA.

A Tabela 1 mostra o número de empregos formais por escolaridade nos anos de 2008, 2010 e 2012, para o município. O maior número de trabalhadores tem ensino médio completo em todos os anos. Os empregados analfabetos, com fundamental incompleto e fundamental completo apresentaram queda de 2008 a 2010.

Tabela 1. Número de empregos formais por escolaridade nos anos de 2008, 2010 e 2012 para Porto Alegre.

Escolaridade	2008	2010	2012
Analfabeto	1.153	1.302	716
Fundamental incompleto	70.812	70.677	68.306
Fundamental completo	84.022	83.818	83.185
Médio incompleto	51.625	52.553	55.559
Médio completo	243.296	282.608	307.721
Superior incompleto	52.439	54.721	56.511
Superior completo	170.917	180.419	195.130

Fonte: próprios autores, com dados do IDEESE (2015).

É possível verificar que ocorreu um aumento no nível de escolaridade dos empregados formais no município, de 2008 a 2012: o número de empregados com ensino médio incompleto ou superior cresceu, já o com escolaridade inferior mostrou um decréscimo.

Em relação ao número de empregos formais por faixa etária, a Tabela 2 mostra que a faixa que detém a maior quantidade de trabalhadores é a de 30 a 39 anos, seguida pela de 40 a 49 anos – as duas juntas equivalem a 51% do total de trabalhadores no ano de 2012. Porém, a faixa que teve maior crescimento percentual de trabalhadores foi a de acima de 65 anos.

Tabela 2. Número de empregos formais por faixa etária para os anos 2008, 2010 e 2012 em Porto Alegre.

Faixa Etária	2008	2010	2012
Até 17 anos	5.277	6.622	9.017
De 18 a 24 anos	89.434	98.886	100.891
De 25 a 29 anos	104.270	110.841	109.604
De 30 a 39 anos	177.458	193.440	213.205
De 40 a 49 anos	176.212	178.401	180.188
De 50 a 64 anos	115.541	130.402	145.011
65 anos ou mais	6.066	7.505	9.208

Fonte: próprios autores, com dados do IDEESE (2015).

Dados do IDEESE (2012) revelam que o desemprego atingiu mais intensamente os jovens de Porto Alegre, sendo a taxa de desemprego juvenil mais de duas vezes superior à taxa de desemprego total do município. Dentre os jovens de 18 a 24 anos de idade, 17,2% estavam desempregados em 2010, ao passo que a taxa de desemprego total era de 7,7% no mesmo ano.

Os dados também revelaram que a distribuição dos empregos formais por setor de atividade mostra uma elevada concentração do emprego formal de Porto Alegre em determinados setores. Em 2010, praticamente sete em cada dez empregos estavam vinculados a apenas dois setores de atividade: serviços e administração pública. O comércio também é um expressivo empregador no município, tendo sido responsável por 16,2% do estoque de vínculos formais em 2010. A indústria de transformação tem uma participação reduzida, respondendo por 7,1% do estoque de empregos em 2010.

No período de 2002 a 2010, o setor de atividade que mais cresceu em número de empregos formais no município foi a construção civil, com uma taxa de variação anual média de 8,0%. Com essa taxa, o setor saiu de uma participação de 3,4% do estoque de emprego em 2002 para 4,8% em 2010 (IDEESE, 2012).

O segundo setor que mais cresceu no período foi a extrativa mineral, com 5,8% ao ano, porém é importante ressaltar, que o crescimento de um setor pequeno não possui grande impacto no município. Na terceira posição apareceu o comércio, com crescimento médio de 5,0% ao ano, ampliando sua

participação no estoque de empregos em Porto Alegre, passando de 14,4% em 2002 para 16,2% em 2010. O setor de serviços, que cresceu 4,6% em média por ano, em 2004 participava do mercado porto-alegrense com 39,2% do estoque de emprego e, em 2010, com 42,7%.

Para um melhor entendimento da relação entre capital e trabalho é apresentada a Tabela 4, na qual ocorreu um acréscimo em 5 das 6 das categorias de cadastro das empresas de 2008 a 2013, apenas em 2009 incidiu um declínio, devido ao cenário nacional que refletiu no estado e no município. O salário médio mensal apresentou uma queda de 12%, que foi justificado devido a maior parte dos trabalhadores serem dos setores de serviço, pois, o seguimento de serviço foi que apresentou maior queda salarial no período Segundo dados do DIEESE (2015).

Tabela 3. Estatísticas do cadastro de empresas de Porto Alegre de 2008 a 2013.

Cadastro de Empresas	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Número de unidades locais	90.077	91.150	94.827	92.359	94.227	95.501
Pessoal ocupado total	780.549	702.159	822.293	864.745	875.881	880.807
Pessoal ocupado assalariado	669.451	592.075	708.289	750.595	757.989	764.346
Salários e outros rendimentos	16.422.333	15.911.479	19.388.608	22.605.266	24.177.091	27.491.441
Salário médio mensal*	4,6	4,7	4,2	4,4	4	4,1
Número de empresas atuantes	85.156	85.922	89.262	86.905	89.032	90.315

*Salário mínimo.

Fonte: próprios autores, com dados do IBGE (2016).

Segundos dados do IDEESE (2012), em 2010, o número maior de estabelecimentos de Porto Alegre pertencia ao setor de serviços (52,8%), seguido do de comércio, que representa 35,4% dos estabelecimentos. Esses dois setores somados abrangem 88,2% do total dos estabelecimentos da capital gaúcha. Entre 2004 e 2010, o setor que demonstrou maior expansão no número de estabelecimentos formais, com crescimento médio anual de 10,4%, foi o de serviços industriais de utilidade pública⁹. Por outro lado, há uma queda no número absoluto de estabelecimentos do comércio, que passou de 47.756 em 2004 para 47.383 em 2010, resultando em uma redução da participação do setor no total de estabelecimentos de 38,8% para 35,4%.

Os dados também mostram que o setor de atividade que apresenta maior remuneração média no município é a administração pública foi de R\$3.658,00, o que corrobora para a elevada a média da remuneração de Porto Alegre, principalmente quando comparada aos demais recortes geográficos – crescimento médio anual de 3,0% no período em análise. Em seguida, vêm os serviços industriais de utilidade pública, com R\$3.603,00 em 2010. O setor de serviços, que emprega 42,7% dos empregados formais no município, possui uma remuneração média de R\$2.239,00 abaixo da remuneração média do município, que é de R\$2.478,00. Já o setor com menor remuneração é o comércio – R\$1.448,00. Enquanto que no Brasil, Rio Grande do Sul e Região Metropolitana de Porto Alegre a administração pública foi o setor que obteve os maiores reajustes entre 2004 e 2010, em Porto Alegre, nesse mesmo período, o setor que apresentou maior taxa de aumento médio anual de remuneração foi a da construção civil – 3,6% ao ano.

Para melhor visualizar o panorama municipal, é importante conhecer a massa salarial e os empregos do município em 2012. Dessa forma, por meio dos dados da RAIS para o ano de 2012, é possível verificar a importância dos setores econômicos do município de Porto Alegre. A Tabela 4 mostra o número de empregados, massa salarial e a média salarial dos setores dentro do município. A

⁹ Serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, esgoto, varrição de ruas, gás e água) esta atividade abrange as empresas multiplicadoras e distribuidoras de energia elétrica de origem hidráulica, térmica, nuclear, eólica, solar, etc.

média salarial foi obtido a partir dados da divisão dos trabalhadores de casa setor pela massa salarial o mesmo, com o objetivo de ordenar a os setores que tem os melhores salários.

A partir dessas informações, verifica-se que o município gerou 766.955 empregos formais em 2012 a e os setores que mais se destacaram foram os setores de serviços privados (setor 17), administração pública (setor 18) e comércio (setor 15) tiveram destaque em relação ao emprego e massa salarial. Porém, quando observa a media salarial de cada setor, é possível ver que os setores com maior destaque são Mineração (setor 2), S.I.U.P. (setor 3), Administração Publica (setor 18) e Industria Automobilística (setor 7).

Quando se faz a análise em conjunto, os setores da área de serviços têm destaque, sendo que quatro setores detêm mais de 88% da massa salarial e empregos do município; com esta análise é possível verificar dois aspectos o primeiro é que mesmo alguns setores tendo altos salários, não possuem uma grande participação no município e o segundo destaca a importância dos setores do município, para assim colaborar com seu fomento.

Tabela 4. Número de empregados, massa salarial e média salarial no município de Porto Alegre, 2012.

Setores	Emprego	%	Massa Salarial*	%	Media Salarial	%	Onde m
1 Agropecuária	1547	0,20	2,95	0,16	R\$ 1.907,26	4,49	11
2 Mineração	102	0,01	0,65	0,04	R\$ 6.353,46	14,95	1
3 Ind. de Minerais Não Metálicos	341	0,04	0,74	0,04	R\$ 2.176,63	5,12	8
4 Metalurgia	6696	0,87	15,78	0,87	R\$ 2.356,38	5,54	7
5 Maquinas e Equipamentos	5323	0,69	13,64	0,76	R\$ 2.563,24	6,03	6
6 Material Elétrico e Eletrônicos	5805	0,76	15,09	0,84	R\$ 2.599,09	6,12	5
7 Industria automobilística	3441	0,45	9,57	0,53	R\$ 2.780,32	6,54	4
8 Mad., mobiliário, papel e gráfica	3017	0,39	4,98	0,28	R\$ 1.650,78	3,88	14
9 Indústria Química e Farmacêutica	5447	0,71	11,36	0,63	R\$ 2.084,80	4,91	10
10 Têxtil, Vestuário, Calçados	2693	0,35	2,76	0,15	R\$ 1.023,11	2,41	18
11 Produtos Alimentícios	6518	0,85	11,01	0,61	R\$ 1.688,92	3,97	13
12 Indústrias Diversas	1268	0,17	1,61	0,09	R\$ 1.270,32	2,99	17
13 S.I.U.P.	10339	1,35	39,21	2,17	R\$ 3.792,22	8,92	2
14 Construção	40194	5,24	59,33	3,29	R\$ 1.476,14	3,47	15
15 Comércio	118606	15,46	167,12	9,26	R\$ 1.409,05	3,32	16
16 Transportes	38051	4,96	65,44	3,63	R\$ 1.719,81	4,05	12
17 Serviços Privados	313780	40,91	661,95	36,70	R\$ 2.109,59	4,96	9
18 Administração pública	203787	6,57	720,71	39,95	R\$ 3.536,60	8,32	3
	766955	100,00	1.803,89	100,00	R\$ 42.497,71	100,00	

** RAIS (2015) em milhões de reais.

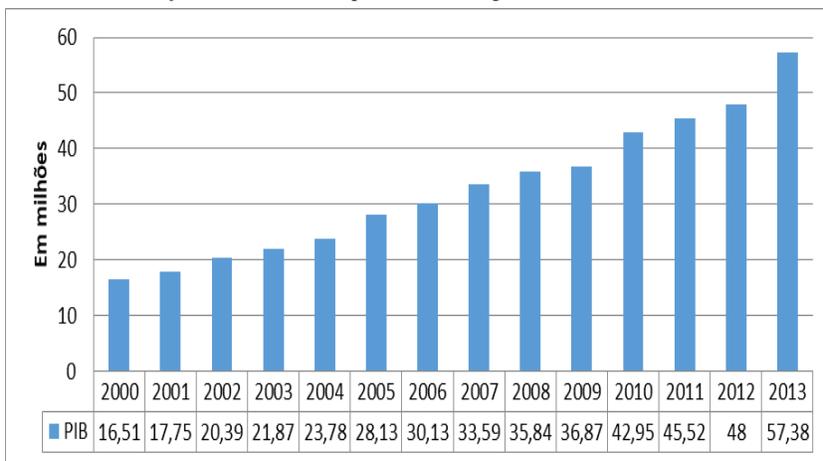
Fonte: Próprios autores.

Em relação ao setor de mineração, que apresentou maior massa salarial do município, pode ser justificado pelo segmento e a pouca quantidade de funcionais. Segundo a Companhia Rio-grandense de Mineração - CRM (2016), o estado o Rio Grande do Sul apresenta a maior atividade de mineração de carvão do país, e duas das maiores jazidas são nas proximidades da capital, nos últimos anos a atividade teve incremento tecnológico para a auxiliar na política ambiental de cuidado com o meio ambiente e com os trabalhadores.

Na sequência o Gráfico 3 apresenta a crescente evolução do PIB no município de Porto Alegre. De 2000 a 2013, foi verificado um aumento de R\$16.510.641,26 para R\$ 57.379.336,78. Segundo

Colombo (2011), o PIB total de R\$199,5 bilhões do RS em 2008, R\$36,8 bilhões (18,4%) veio exclusivamente de Porto Alegre. Pela sua abrangência e relevância, a região e seu entorno caracterizam-se, atualmente, como um importante centro econômico da Região Sul do Brasil. E embora possuísse uma alta representatividade em termos produtivos, os dados do PIB dos municípios gaúchos apontam uma perda sistemática de participação da economia porto-alegrense no total do estado. Dessa forma, o município permanece sendo o de maior PIB no RS, porém sua participação em relação à produção total de bens e serviços vem diminuindo ano após ano.

Gráfico 3. Evolução do PIB no município de Porto Alegre de 2000 a 2013 em milhões de R\$.



Fonte: A própria autora, com dados do FEE (2015).

Em relação à evolução do PIB e composição do VAB, em 1999, o município ocupava a quarta posição, atrás apenas dos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Já em 2008 com PIB de R\$43,7 bilhões, obteve a sétima posição entre os municípios brasileiros¹⁰. Os dados revelam que no estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre ocupava em 2009, a primeira posição no *ranking*, na comparação com os municípios gaúchos, seguido por Canoas, Caxias do Sul, Rio Grande e Gravataí (IDEESE, 2012).

Entre 1999 e 2008, a média do crescimento nominal foi de 9,0% em Porto Alegre, inferior aos 10,4% registrados pelo RS, tendo a participação do Município no total da economia do RS caído de 21,1%, em 1999, para 18,4% em 2008 (COLOMBO, 2011). Dados do IDEESE (2012) mostram que a taxa de crescimento média real do PIB no município para o período de 2000 a 2009 foi de 1,1% a.a., abaixo das taxas verificadas no estado (2,9% a. a.), na região Sul (3,4% a.a.) e no país (3,3% a.a.). Em relação ao PIB *per capita* Porto Alegre ficou com a 282ª posição no Brasil e a 44ª posição no estado, o estado apresentou uma queda quando comparado o *ranking* do PIB para 2009.

Na área setorial, o município apresenta, segundo dados do IBGE, um destaque particular na área de serviços, como mostra a Tabela 5. Durante o período de 2000 a 2012 o setor de serviços sempre ocupou um lugar de destaque no município.

O resultado reforça a análise feita pela Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Rio do Grande do Sul - SEPLANRS (2015), na qual se destaca o município de Porto Alegre, com a maior participação – 21,8% do total do VAB dos serviços do estado.

¹⁰ Os dados de PIB desagregados ao nível dos municípios só estão disponíveis até 2009.

Observou-se a concentração dos serviços de administração pública, no centro metropolitano, exercendo influência sobre os centros urbanos regionais e demais municípios, bem como sobre uma parcela do território gaúcho.

Tabela 5. Produto Interno Bruto dos setores de Porto Alegre em % - 2000 a 2012.

Setor/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuária	0,06	0,07	0,10	0,09	0,08	0,06	0,07	0,06	0,06	0,07	0,06	0,06	0,06
Indústria	15,07	14,50	13,69	14,27	15,65	14,34	13,88	13,00	13,80	14,53	15,28	14,67	13,36
Serviços	84,87	85,43	86,21	85,65	84,27	85,60	86,05	86,94	86,14	85,40	84,66	85,28	86,58

Fonte: a próprios autores, com os dados municipais do IBGE.

Segundo Colombo (2011), no que se refere à importância do setor terciário em Porto Alegre, destacam-se as atividades ligadas ao comércio, intermediação financeira e administração pública, as quais, juntas, correspondem a aproximadamente 56,4% da atividade econômica total do município. Já em relação ao total do estado, as atividades de serviços estão mais concentradas em saúde mercantil (46,9%), intermediação financeira (45,4%) e serviços de informação (34,5%). Do outro lado, administração pública (15,4%), demais serviços (17,0%) e atividades imobiliárias e alugueis (18,6%) são as atividades mais desconcentradas.

De 1999 a 2009, dados do IDEESE (2012) revelam que, ao longo do período analisado, o setor de serviços é o que predomina no município. É possível notar que há uma relativa estabilidade na participação do VAB dos setores de atividade de econômica, não havendo uma tendência clara de mudança. Ou seja, houve pequeno acréscimo na participação de dois setores, ao passo que ocorreu uma queda em um terceiro. Os dados ainda relevaram que a indústria, em 1999, representava 13,9% do VAB e, em 2009, alcançava 14,7%; as atividades inerentes ao setor público (administração pública, saúde, educação e seguridade social) representavam, em 1999, 10,1%; já em 2009 esse índice passou para 11,7%. Ou seja, a pequena elevação da participação da indústria e administração pública foi compensada pela redução da participação dos serviços. O peso do setor de agropecuária é insignificante, não alcançando 0,1% de participação no VAB durante o período.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo caracterizar os aspectos econômicos atuais de Porto Alegre e sua região, devido à sua importância no cenário nacional. Foi possível visualizar a evolução econômica e social do município e a importância da Região Metropolitana para seu desenvolvimento. A análise dos dados permitiu verificar que no município se destacam os setores ligados a serviços em relação a empregos e quando se faz uma análise conjuntural da média salarial, setores como mineração, outros na área industrial e administração pública, tem destaque, isto é verificado por o seguimento que está inserido estes setores, assim gerando melhores salários.

O estudo permitiu identificar a importância que os setores de serviço têm para o município, porém no tocante ao rendimento não alcança os melhores resultados. O investimento em setores de serviço mais intensivos em tecnologia, que geram melhores salários, seriam uma opção para a melhora econômica local. Outra forma de fomento regional seria o investimento em um parque industrial que propicie os setores com melhores médias salariais. Todavia, é importante destacar a Administração Pública, devido aos resultados terem mostrado a sua relevância para o município, não apenas em valores absolutos de salário, mas também em relação a empregos. Sendo assim, a decisão de como destinar os recursos é de grande relevância para fomento municipal.

ABSTRACT: This article discusses selected aspects of Porto Alegre regional economy and reveals the existence of positive joint in the regions surrounding the city, highlighting its relevance in relation to GDP and generated employment. The metropolitan area is integrated from an economic point of view, from its historical roots and sectors of the service area have been highlighted in relation to salary and job mass, but they did not show the best average wages per worker. In the social aspect, the municipality showed an improvement in its HDI, signaling an improvement in social indicators and the creation of a collective identity in all areas that will be integrated.

Keywords: Regional development; Regional economy; Economic development.

REFERÊNCIAS

BÊRNI, D. A. Structural change in the Brazilian economy between 1959 and 2000. **XIII International Conference on Input-Output Techniques University of Macerata, Italy**, August 21-25th, 2000.

COLOMBO, J. A. A participação de Porto Alegre na economia do RS. **Carta Conjuntura – FEE**, ano 20, nº11, 2011.

CRM – Companhia Riograndense de Mineração. <http://www.crm.rs.gov.br/lista/465/Meio-Ambiente-e-Desenvolvimento-Sustentavel#.Vx6hBUwrLIU>

FEDOZZI, L. J.; SOARES, P. R. S. **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. 1º ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. Disponível em: www.observatoriodasmetrolopes.net. Acessado em: 14 de março de 2016.

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Núcleo de Contas Regionais. [PIB e População dos municípios]. Porto Alegre: FEE, 2008. Disponível em: Acesso em: ago. 2008.

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Centro de Informações Estatísticas. [**Índice de Desenvolvimento Socioeconômico**]. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: agosto de 2015.

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Centro de Informações Estatísticas. [**Indicadores**]. Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/estadual/destaques/>. Acesso em: agosto de 2015.

FIUZA-MOURA, F. K.; RODRIGUES, K. C. T. T.; SOUZA, S. C. I.; MAIA, K. Características das trabalhadoras gaúchas na indústria de transformação por segmentos de intensidade técnica. **Indicadores Econômicos FEE** (Impresso), v. 43, n. 2, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Cidades – Porto Alegre. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431490&search=rio-grande-do-sul/porto-alegre>. Acessado em 17 de dezembro de 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Comissão Nacional de Classificação. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Matriz de Insumo-Produto Brasil 2000/2005. Contas Nacionais, nº23, 2008.

IDEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico: Estudo Temático: Atividade Econômica e Mercado de Trabalho Formal de Porto Alegre - subsídios para as Políticas Públicas de Qualificação Profissional, 2012.

IDEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

IFDM – Índice FIRJAN de desenvolvimento: Análise Especial IFDM 2015 | Ano Base 2013: Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acessado em 27 de abril de 2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em Desenvolvimento : Estado, planejamento e políticas públicas - Brasília : Ipea, 300 p. 3 v., 2010.

IPEA – Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. PROJETO: GOVERNANÇA METROPOLITANA NO BRASIL: Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil - Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana, 2013. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/reli_1_rmpa.pdf. Acessado em: 07 de agosto de 2015.

LAZZARI, M. R. A economia gaúcha na visão das Contas Regionais — 1981-2009. **FEE** - O movimento da produção. (Três décadas de economia gaúcha, v.2), 2010.

MAMMARELLA, R.; PESSOA, M. L. O processo populacional e de ocupação do território nas regiões do orçamento participativo de Porto Alegre 2000-10. **FEE Carta Conjuntura**, Ano 20, nº 11, 2011.

MARTINS, C. H. B. Aspectos da pobreza e da desigualdade em Porto Alegre. **FEE Carta Conjuntura**. Edição: Ano 20 nº 11 - 2011.

PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento: Atlas de Desenvolvimento Humano. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios. Acessado em: 11 de fevereiro de 2015.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/>. Acessado em 24 de abril de 2015.

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul – Edição Eletrônica. Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=848&cod_menu=811&tipo_menu=INDICADORES&cod_conteudo=1649. Acessado em 12 de abril de 2015.

SILVA, C. L. Controvérsias sobre efetividade da intervenção do Estado no desenvolvimento local. **Conjuntura & Planejamento**, v. 159, p. 46-53, 2008.

SILVA, R. S. Multiplicadores de impacto da matriz de insumo-produto do RS – 2008. **Carta de Conjuntura – FEE**, ano 23, nº12, 2014.

SOUZA, P. R. C. **Um modelo primário exportador**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Santiago de Chile, Universidad de Chile, 1973.

VERLINDO, J. A. S. Evolução do emprego em Porto Alegre — 2000-14. **Carta de Conjuntura**. FEE. Ed. Ano 24, nº 09, 2015.

Data da submissão: 03 Novembro 2016.

Data do aceite: 13 Junho 2017.